

CON JUN TURA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

REPUBLICANA

AGENDA DO PLANALTO

GOVERNO TENTA CONTER DESAPROVAÇÃO POPULAR

P.3

STF EM PAUTA

**SUPREMO CRIA
PRECEDENTE DE
EXCEÇÃO AO
ARCABOUÇO FISCAL** P.6

AGENDA LIBERAL

**PARCERIA PÚBLICO-
-PRIVADA É TEMA EM
DEBATE NA AMÉRICA
LATINA**

P.9

VISÃO DO ESPECIALISTA

**DESIGUALDADE
SALARIAL ENTRE
HOMENS E
MULHERES**

P.12



CON JUN TURA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

REPUBLICANA

2025 – Fundação Republicana
Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

**COORDENAÇÃO ASSESSORIA
DE COMUNICAÇÃO FRB:**

Denise Matos



**COORDENAÇÃO NÚCLEO DE
ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):**

Fábio Vidal

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Gabriel Lana – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO:

Igor Bessa – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



Mais ✨
conhecimento,
Mais ✨
oportunidades!

**Faça sua segunda graduação
na Republicana!**





Foto: Antônio Cruz / Agência Brasil

GOVERNO TENTA CONTER DESAPROVAÇÃO POPULAR

Desde o início de 2025, o Governo Federal tem buscado conter o avanço dos índices de desaprovação. No início de março, levantamentos realizados pelos institutos Quaest, AtlasIntel e Ipec já apontavam quedas significativas na popularidade do presidente Lula.

Os esforços para reverter esse cenário têm se concentrado na divulgação das ações do Governo e na implementação de programas voltados a segmentos específicos do eleitorado.

Entretanto, ainda há inúmeros desafios a serem superados para que o governo recupere a confiança da população. Entre os principais, destacam-se o aumento nos preços dos alimentos, as dificuldades de acesso à saúde e os problemas relacionados à segurança pública.

Segundo a pesquisa mais recente do Instituto Datafolha, divulgada em 8 de abril do corrente ano, 58% dos entrevistados afirmaram ter reduzido a quantidade de alimentos comprados. Além disso, 54% responsabilizam o Governo Federal pela alta dos preços; índice que sobe para 62% entre os evangélicos.

Metade dos entrevistados contou ter reduzido o consumo de água, luz e gás.

Nesse contexto, embora o Governo já tenha anunciado medidas para conter o avanço dos preços, os efeitos ainda não foram percebidos pela população, tampouco provocaram mudanças significativas na opinião pública.

AGENDA DO PLANALTO

Assim, os dados que revelam a redução no consumo de alimentos e a responsabilização do governo pela alta dos preços confrontam diretamente o discurso político do Planalto, enfraquecendo uma das principais bandeiras da gestão Lula: o combate à fome. A percepção negativa sobre esse tema, historicamente associado às gestões petistas por meio de programas como o “Fome Zero”, contribui para o afastamento de eleitores que depositaram suas expectativas em políticas públicas voltadas à segurança alimentar.



Foto: Pedro França/Agência Senado

Diante dessa situação, a agenda recente do presidente reflete sua preocupação em recuperar a popularidade, reforçando os resultados positivos da gestão e tentando reduzir a rejeição que pode comprometer tanto a viabilidade de projetos políticos quanto uma eventual candidatura em 2026.



Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF

Na última sexta-feira (11), o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, por unanimidade, o julgamento que determinou a exclusão das receitas próprias do Poder Judiciário dos limites impostos pelo arcabouço fiscal.

A decisão, fundamentada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7641) proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), estabelece que as despesas financiadas com receitas próprias de órgãos como o STF e o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) não se submetem aos limites de crescimento das despesas primárias definidos pela Lei Complementar nº 200/2023.

O arcabouço fiscal, sancionado nos primeiros meses do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), substituiu o antigo teto de gastos e tem o objetivo de promover maior responsabilidade fiscal e previsibilidade para os agentes econômicos.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



“As receitas provenientes da União e conformadas pelo orçamento público continuarão a ser regidas pelo teto do regime fiscal sustentável. Subtrai-se dele somente aquilo que o Poder Judiciário angaria por iniciativa própria”.

Ministro Alexandre de Moraes, relator da proposta.

Embora o novo regime preveja algumas exceções, como no caso das universidades e instituições científicas que utilizam recursos próprios, a decisão do STF representa uma ampliação dessas brechas. Ao justificar a medida com base na autonomia do Judiciário, o Supremo pode ter inaugurado um precedente institucional.

Isso porque, ao afastar parte relevante das despesas do Judiciário dos limites fiscais, abre-se espaço para que outros órgãos autônomos (como a Defensoria

Pública da União) reivindicuem tratamento semelhante, sob o argumento da isonomia entre funções essenciais à Justiça.

Além disso, como guardião da Constituição, o STF, ao criar exceções reiteradas a um regime fiscal recém-estabelecido, compromete não apenas a previsibilidade das finanças públicas, mas também a legitimidade da estrutura normativa.

A multiplicação dessas exceções tende a enfraquecer a credibilidade do arcabouço, colocando em xeque sua efetividade como âncora fiscal do país. Tendo em vista essa situação, caberá ao governo atuar com firmeza e habilidade política para evitar o efeito dominó institucional e conter o avanço de novos pedidos de exclusão fiscal.

O arcabouço fiscal atual, em vigor desde 2023, impõe um limite de 0,6% a 2,5% para o crescimento das despesas primárias da União, o que inclui os orçamentos globais dos Três Poderes. Pela regra geral, os gastos de um ano só podem crescer 70% do que tiver crescido da arrecadação fiscal do ano anterior.



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA É TEMA EM DEBATE NA AMÉRICA LATINA

Na quarta-feira, 9 de abril, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promoveu na cidade de Lima, capital peruana, um evento sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) que discutiu o futuro dessas iniciativas na oferta de infraestrutura social.

Segundo o levantamento realizado pelo 'Radar PPP' e divulgado pelo jornal Valor Econômico, no Brasil existem cerca de 5.755 projetos de PPPs que contribuem para a oferta de diversos serviços do Estado, como iluminação pública, educação e mobilidade.

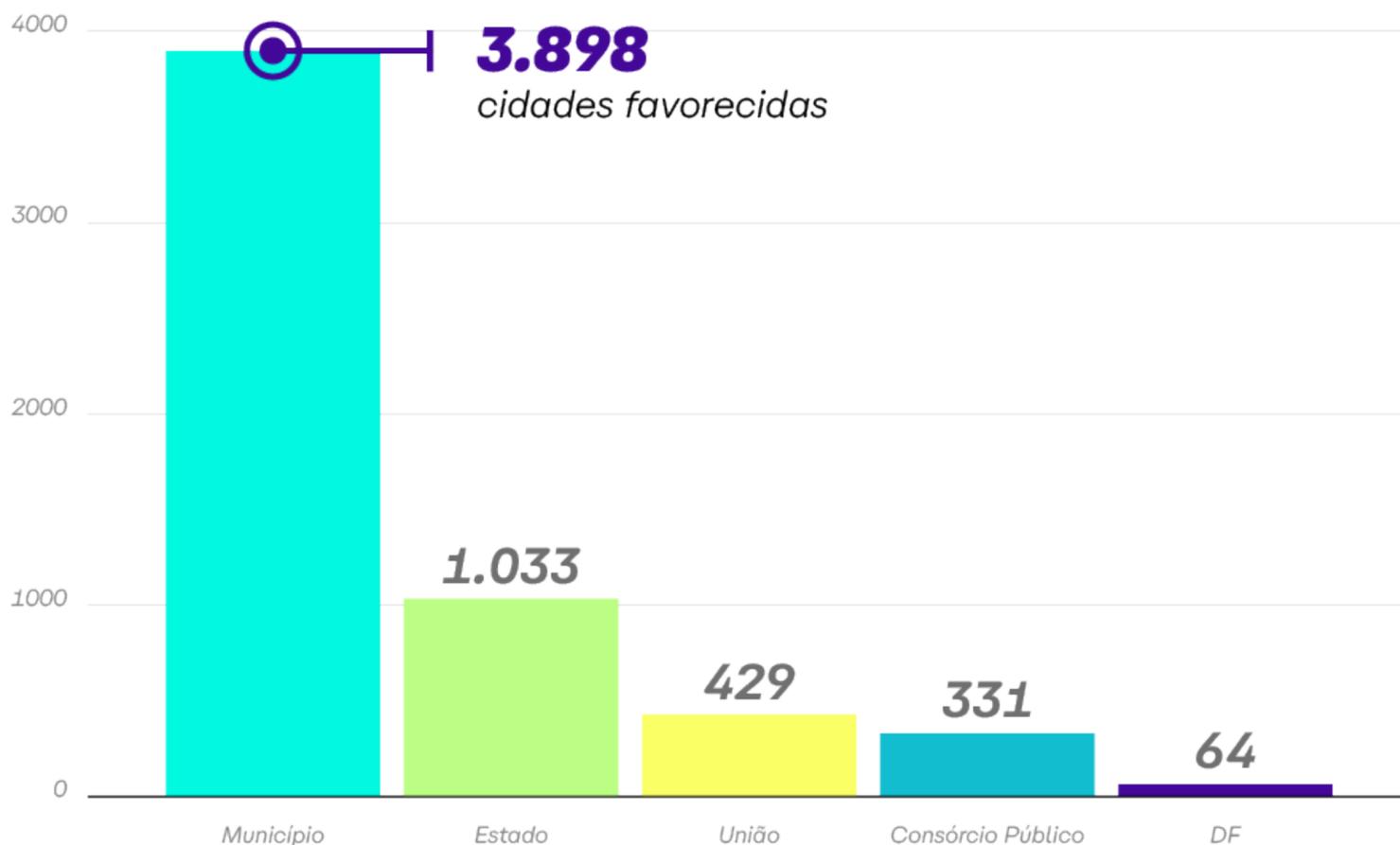
Embora essas parcerias contribuam para atrair investimentos sem comprometer as receitas dos entes federados, ainda existem certas dificuldades na implementação desse modelo.

As PPPs enfrentam dificuldades por falta de servidores qualificados.

Segundo Frederico Turolla, sócio da consultoria Pezco, o ciclo político é um dos maiores gargalos para a concessão de novas PPPs. Ele explica que o tempo entre a decisão de fazer uma PPP e o retorno para a sociedade às vezes ultrapassa os quatro anos do mandato.

Quantidade de PPPs por ente federado

Total: 5.755



Fonte: Radar PPP

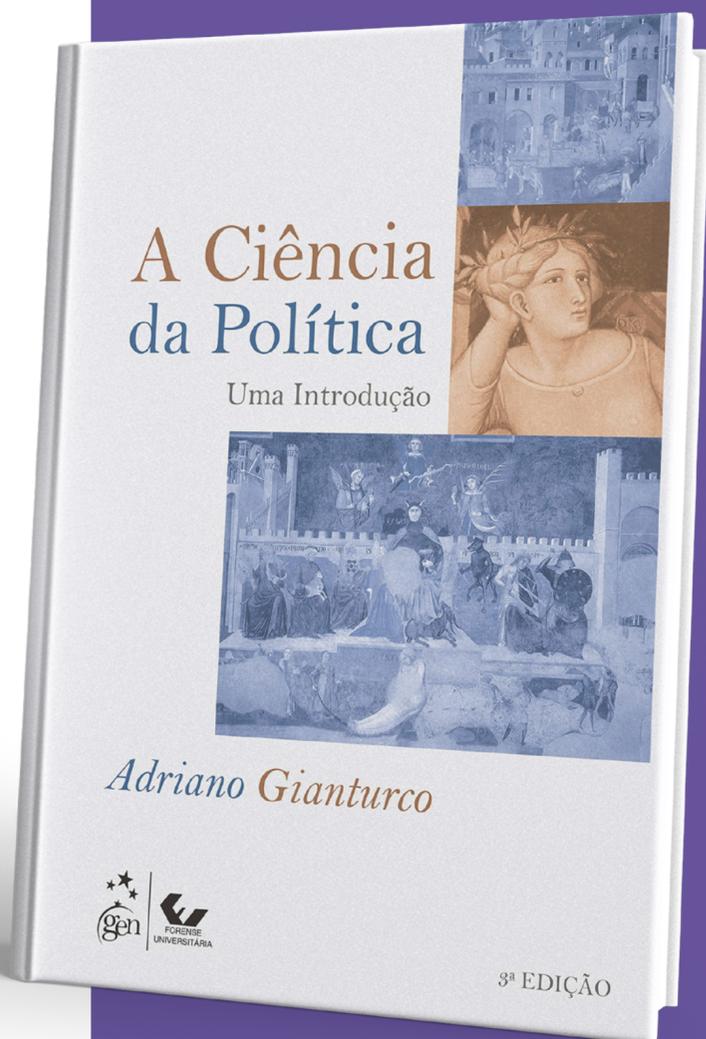
Outro obstáculo político para a ampliação das parcerias é a confusão entre PPPs e a privatização de serviços públicos. Segundo o BID, existe uma desconfiança dos beneficiários (a população) em relação ao setor privado.

Apesar dos desafios, as PPPs têm gerado resultados positivos na oferta de infraestrutura pública. De acordo com o 'Radar PPP', os municípios brasileiros são os principais entes beneficiados por esse tipo de investimento, com cerca de 3.898 cidades favorecidas por esse modelo.

FRB INDICA

Adriano Gianturco, em **A Ciência da Política – Uma Introdução**, oferece um panorama abrangente e acessível da ciência política, explorando desde abordagens metodológicas, como a Escola Elitista e a Teoria dos Jogos, até temas como poder, Estado, democracia, impostos e políticas públicas.

A obra destaca-se por sua linguagem clara e por apresentar conceitos complexos de forma compreensível, sendo indicada tanto para iniciantes quanto para aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos na área.



DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES

As políticas de igualdade de gênero e a equiparação salarial entre homens e mulheres ainda caminham a passos lentos no Brasil. Segundo dados mais recentes do IBGE, divulgados em março de 2024, as mulheres ganham, em média, 78% do rendimento dos homens exercendo as mesmas funções.

A diferença é ainda maior entre mulheres negras, cuja média salarial representa cerca de 60% do que ganham homens brancos.

Mas o que pouca gente sabe é que o combate à desigualdade salarial já conta com instrumentos disponíveis no próprio Governo Federal, por meio do Ministério das Mulheres.

Foto: Arquivo FRB



DANIELLE SALOMÃO

Graduada em Direito, com especialização em Direito Penal e Processo Penal.

Foto: Arquivo FRB



MARIANA PIMENTEL

Graduada em Relações Internacionais e pós-graduada em Assessoria Parlamentar, com especialização em Direito Legislativo e Direito Eleitoral.

Um deles é o Programa Emprega + Mulher, que incentiva a permanência e a ascensão das mulheres no mercado de trabalho formal, especialmente em áreas de baixa representatividade feminina, como tecnologia e indústria, por meio de ações de contratação, qualificação e ambientes mais igualitários.

Outra iniciativa em destaque é o Selo Emprega + Mulher, que reconhece empresas comprometidas com políticas efetivas de equidade salarial, combate ao assédio e promoção da liderança feminina. A certificação, além de ser um diferencial institucional, estimula boas práticas e serve como critério para acesso a linhas de crédito e parcerias com o governo.

Também vale mencionar o Pacto Nacional pela Equidade Salarial, lançado em 2023, que propõe a união entre setor público e privado para cumprir a Lei nº 14.611/2023, que obriga empresas com mais de 100 funcionários a apresentarem relatórios de transparência salarial e critérios remuneratórios.

Apesar das iniciativas, a efetividade das ações ainda depende de um fator-chave: adesão. Os programas existem, os recursos estão disponíveis, mas o número de empresas certificadas e de projetos implementados ainda é tímido diante da urgência do problema.

Especialistas apontam que a solução passa por três frentes: cobrança da sociedade, incentivo público e compromisso empresarial real. “Não se trata apenas de justiça social, mas de inteligência econômica. A equiparação salarial pode injetar bilhões na economia brasileira, ampliando o poder de compra de metade da população”, destaca a economista Renata Diniz, da Universidade Federal de Pernambuco.

Transformar leis e programas em mudanças efetivas requer vontade política, participação ativa das empresas e pressão contínua da sociedade. A igualdade salarial entre homens e mulheres não é apenas uma questão de justiça, é uma estratégia inteligente para o desenvolvimento econômico e social do país.



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR